

ESTRATÉGIAS PARA A DIMINUIÇÃO DO SPREAD DE CRÉDITO BANCÁRIO NO BRASIL – INFRAESTRUTURA DE COMPETIÇÃO

**BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO**

CONFIDENCIALIDADE

Os negócios dos nossos clientes são extremamente competitivos, e a preservação da confidencialidade com relação aos planos e informações dos nossos clientes é fundamental. A Oliver Wyman aplica rigorosamente políticas internas de confidencialidade visando proteger o sigilo das informações dos clientes.

Da mesma forma, entendemos que o nosso negócio também é bastante competitivo. Consideramos nossas abordagens e conhecimentos como direitos de propriedade intelectual e, portanto, esperamos que nossos clientes protejam nossos interesses em nossas propostas, apresentações, metodologias e técnicas analíticas. Sob em nenhuma hipótese este material poderá ser compartilhado com qualquer terceiro sem o prévio e expresso consentimento da Oliver Wyman.

© Oliver Wyman

Sumário Executivo

O presente relatório tem como intuito propor iniciativas para fomento à competição bancária, com vistas à redução do *spread* de crédito no Brasil. Nossa investigação passa por um diagnóstico da estrutura do mercado, elaborado por meio da elaboração de uma série de hipóteses e posterior investigação de evidências discutidas no grupo de trabalho¹, coletadas em entrevistas com agentes relevantes do mercado, diversos departamentos do Banco Central e *input* de especialistas ao redor do mundo, bem como análises de dados internos do regulador e *benchmarks* internacionais. Tais evidências indicam que a assimetria de informação, que impede a diferenciação do bom pagador do mau pagador, combinada ao alto custo de aquisição de clientes pelo lado da oferta, e alto *switching costs*² pelo lado da demanda de crédito, são hoje barreiras relevantes e estruturais à competição.

A adoção de inovações tecnológicas pelo setor de serviços financeiros e a disposição dos clientes em buscar formas diferentes de se relacionar com as instituições financeiras, prezando pela experiência do usuário, comodidade e conforto, tornam o contexto atual favorável e propício à promoção da concorrência através de entrada de novos *players* e/ou dar mais competitividade aos atuais *challengers* por meio da incorporação de soluções disruptivas.

Com base neste diagnóstico, propomos oito iniciativas: (1) Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade dos dados, (2) Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs³, (3) Criar condições para o estabelecimento de *marketplaces* agregadores de demanda e oferta, (4) Compartilhar dados do SCR de forma mais abrangente, (5) Compartilhar dados de fluxo de caixa da CIP, (6) Equiparação de outras instituições quanto ao tratamento da taxa de juros (Lei da Usura), (7) Reduzir custos de observância para *players* digitais e (8) Proporcionalidade dos requisitos de capital e provisionamento.

Por meio de uma análise de impacto no *spread* vs. nível de complexidade de implementação priorizamos as iniciativas (1), (2) e (3), sendo a implementação da terceira condicionada à implementação das duas primeiras. Conjuntamente, as três iniciativas permitiram a construção de uma infraestrutura de competição com potencial de reduzir *switching costs* e trazer poder de escolha ao consumidor.

¹ Grupo de trabalho criado internamente no Banco Central para discutir a agenda de redução do spread bancário

² *Switching cost* é o custo que incorre ao consumidor ao mudar de marca de produto ou serviço. Parte deste custo é financeiro, mas ainda há uma parcela de custo não mensurável diretamente de forma monetária, que seriam custo de esforço, tempo etc..

³ *Application Programming Interfaces*

Índice

Sumário Executivo	i
1. Diagnóstico.....	1
1.1. Visão de Mercado	1
1.2. Hipóteses & evidências.....	3
1.2.1. Faltam medidas efetivas e eficazes de compartilhamento de dados e portabilidade do crédito.....	4
1.2.2. Alto custo de aquisição de clientes favorece incumbentes.....	5
1.2.3. Consumidor restrito a tomar crédito apenas nos bancos com os quais tem relação e histórico.....	6
2. Principais iniciativas.....	7
2.1. Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade de dados	8
2.1.1. Definição da iniciativa	8
2.1.2. Plano de implementação.....	11
2.2. Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o <i>Open Banking</i> , exigindo conectividade através de APIs	13
2.2.1. Definição da iniciativa	13
2.2.2. Plano de implementação.....	16
2.3. Criar condições para o estabelecimento de <i>marketplaces</i> agregadores de demanda e oferta	18
2.3.1. Definição da iniciativa	18
2.3.2. Plano de implementação.....	21
2.4. Outras iniciativas principais.....	22
2.4.1. Compartilhar dados do SCR de forma mais abrangente	22
2.4.2. Compartilhar dados de fluxo de caixa da CIP	23
2.4.3. Equiparação de outras instituições quanto ao tratamento da taxa de juros (Lei da Usura)	24
2.4.4. Reduzir custos para <i>players</i> digitais.....	25
2.4.5. Proporcionalidade dos requisitos de capital e provisionamento	25
3. Conclusão	26
Apêndice A.	27
A.1. Gráficos gerais.....	27

1. Diagnóstico

O Banco Central tem se comprometido com o estudo de iniciativas para diminuir o custo do crédito para o tomador final no Brasil, através da redução do nível de inadimplência e aumento da competitividade.

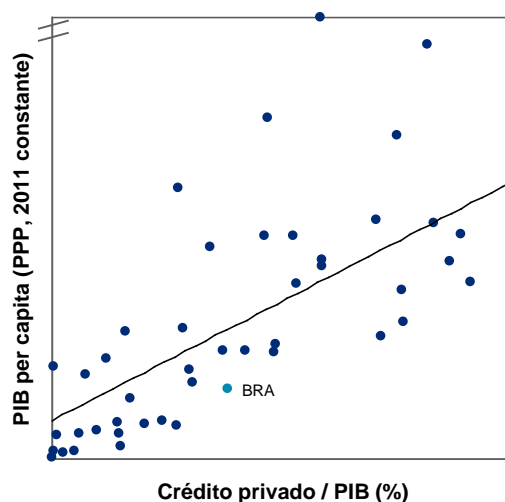
Com o objetivo de identificar iniciativas para redução do *spread* bancário no mercado de crédito, realizamos um diagnóstico com base em análises do mercado no Brasil, experiências internacionais, discussões com o grupo de trabalho e entrevistas com departamentos do Banco Central e agentes do mercado. Esta seção apresenta os principais pontos estudados sobre o mercado, com foco no crédito varejo – pessoas físicas e pequenas e médias empresas (PMEs).

1.1. Visão de Mercado

O papel do mercado de crédito

O crédito tomado de maneira consciente e sustentável gera impactos positivos no bem-estar da sociedade, se o mercado estiver organizado de forma eficiente e competitiva. Estudos⁴ apontam para uma relação causal do crédito no PIB. O gráfico 1 mostra a relação entre o tamanho do mercado de crédito e a renda per capita dos países.

Gráfico 1: Correlação entre crédito / PIB e PIB per capita – por países, World Bank Data, 2016



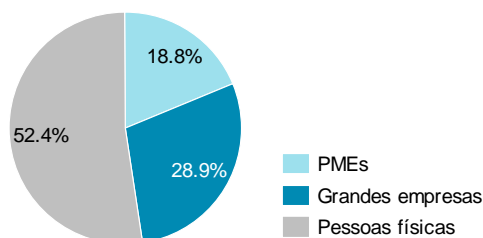
No Brasil, o mercado de crédito representa parte significativa do PIB, tendo ganhado relevância ao longo dos últimos 10 anos. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o mercado de crédito atingiu o equivalente a 47% (2017) do PIB, partindo de 31% em 2007 (vide gráfico 4, no apêndice).

Podemos segmentar o crédito em três principais categorias, as quais possuem características particulares e papéis diferentes para a economia: pessoas físicas, pequenas

⁴ McKinnon (1973), King & Levine (1993), Bayoumi & Melander (2008)

e médias empresas (PMEs) e grandes empresas. A representatividade de cada uma dessas categorias pode ser observada no gráfico 2.

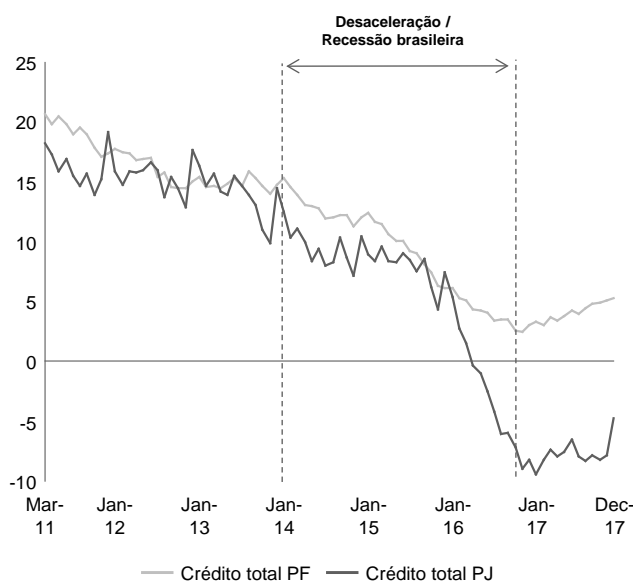
Gráfico 2: Participação no mercado de crédito – Dados IF Data e Séries temporais em set/2017, Banco Central do Brasil



Evolução do mercado de crédito no Brasil

Ao longo dos últimos anos, o volume total de crédito cresceu, mas crédito para pessoas jurídicas (que inclui PMEs e grandes empresas) sofreu forte redução no último ano, conforme podemos observar no gráfico 3.

Gráfico 3: Evolução do saldo de crédito – Em %, variação 12-meses, Séries temporais, Banco Central do Brasil



Ambiente competitivo

Ao analisar o mercado de crédito varejo como um todo, podemos segmentar as instituições credoras em: grandes bancos, pequenos e médios bancos, cooperativas de crédito e *fintechs*. Entretanto, o mercado ainda se encontra concentrado em grandes bancos, possivelmente devido a barreiras de entrada significativas que outros credores enfrentam.

Os cinco grandes bancos representam quase 70% do crédito originado, apoiando-se em vantagens competitivas, como reconhecimento de marca e amplo histórico de crédito dos clientes, além de um custo de captação menor que os demais *players* do mercado.

Os bancos pequenos e médios, por sua vez, se destacam em nichos e comunidades, dotando de reconhecimento regional e relacionamento próximo aos seus clientes. Contudo,

por não apresentarem a eficiência de escala dos grandes, possuem estruturas proporcionalmente mais onerosas para manter atividades centralizadas. Um exemplo disso são os altos custos de captação (ao redor de 110% do CDI), quando comparados a grandes bancos (captam abaixo do CDI).

Em relação às cooperativas de crédito, podemos notar sua relevância quando se trata de inclusão financeira. Elas possuem relativamente baixas taxas de juros e inadimplência e forte característica de relacionamento próximo a clientes, evidenciada por um índice de satisfação de seus clientes maior que a de bancos. Apesar dos benefícios, sua penetração é reduzida no mercado, representando apenas 2,7% da carteira de crédito total.

Por fim, *fintechs* e bancos digitais se diferenciam pela automação de processos e adaptabilidade digital, além de menor custo operacional e foco em oferta *monoliner*. O número dessas empresas cresce de maneira rápida, mas representa ainda uma parcela bastante tímida do mercado de crédito, tendo desafios em relação à incerteza jurídica e assimetria de dados.

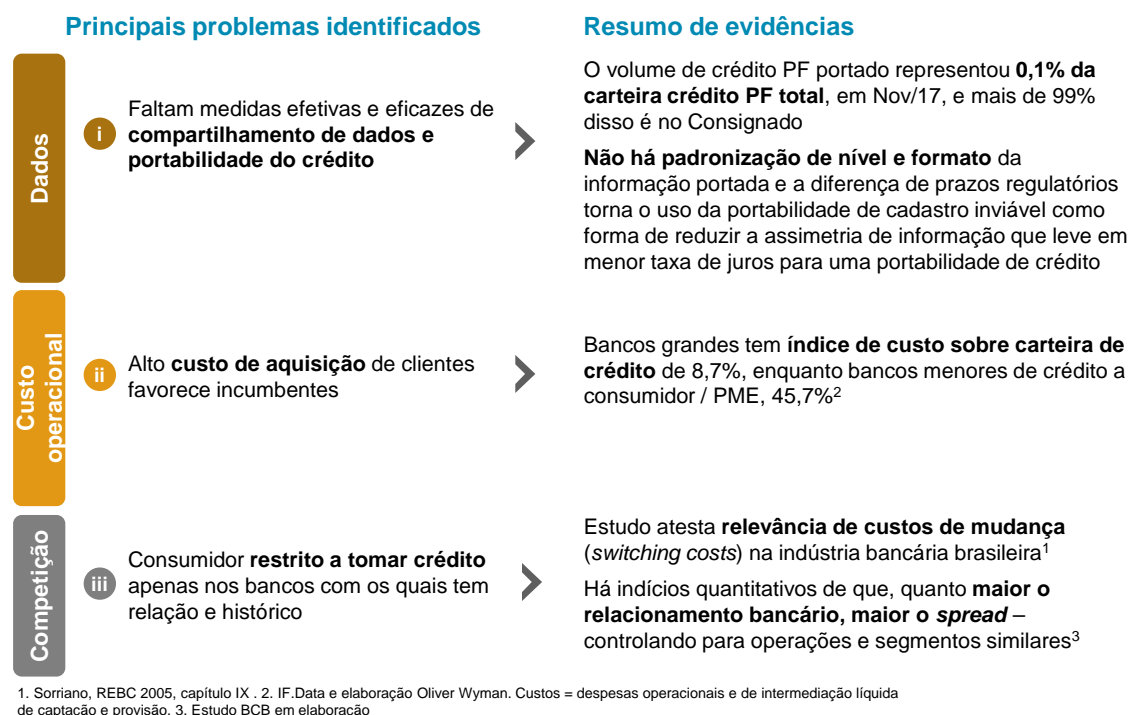
1.2. Hipóteses & evidências

Com o objetivo de propor um diagnóstico para redução do *spread* bancário, desenvolvemos uma série de hipóteses, que foram testadas de maneira ampla, a partir de evidências quantitativas, qualitativas e *benchmarks* internacionais.

Para cada componente do *spread*⁵, elencamos as diferentes alavancas disponíveis associadas às hipóteses testadas. Para cada hipótese confirmada, selecionamos aquelas com maior relevância e potencial de redução do *spread* para então detalhá-las. Assim sendo, focamos em três principais hipóteses relacionadas ao mercado de crédito como um todo: (i) Faltam medidas efetivas e eficazes de compartilhamento de dados e portabilidade de crédito, (ii) Existe um alto custo de aquisição de clientes, que favorece incumbentes e (iii) Consumidor está restrito a tomar crédito apenas nos bancos com os quais tem relação e histórico.

⁵ Componentes do *spread* que são escopo deste projeto: custo de risco (inadimplência), custo administrativo e resíduo (margem)

Figura 1: Hipóteses priorizadas e resumo das evidências



1.2.1. Faltam medidas efetivas e eficazes de compartilhamento de dados e portabilidade do crédito

Existem, atualmente, três modalidades de portabilidade reguladas por meio de resolução CMN no sistema financeiro nacional: de salário, de cadastro e de crédito.

A portabilidade de salário⁶ consiste no direito de assalariados poderem escolher a instituição⁷ pela qual querem receber seu salário, sem custos adicionais. Já a portabilidade de cadastro⁸, define que dados cadastrais e financeiros de clientes devem ser providos quando solicitado pelo cliente. Por fim, a portabilidade de crédito⁹ permite a transferência de dívida de uma instituição financeira para outra, com mesmo prazo e valor, sem custos e com a finalidade de conseguir melhores condições de crédito.

Apesar de a portabilidade cadastral existir desde 2001 e a de crédito desde 2006, elas são pouco conhecidas e pouco utilizadas. Observamos algumas evidências e razões para isso:

- Aproximadamente 99% dos pedidos de portabilidade de crédito pessoas físicas são de empréstimos consignados – modalidade menos afetada pela assimetria de informação;

⁶ Regulada pelas resoluções CMN nº 3.402/06, 3.424/06 e 4.639/18

⁷ Regulada pelas resoluções CMN nº 4.639/18

⁸ Regulada pelas resoluções CMN nº 2.835/01, 3.279/05 e 3.401/06

⁹ Regulada pelas resoluções CMN nº 3.401/06, 3.516/07 e 4.292/13

- Não há padronização da transmissão das informações cadastrais. Além disso, o prazo regulatório de cinco dias tem se mostrado inviável, o que na prática faz com que a portabilidade não ocorra;
- A portabilidade de crédito foi o principal motivo de reclamações apuradas pelo Banco Central entre 2015 e 2016.
- Baixo volume portado (0,1% do saldo da carteira de crédito total de pessoas físicas) indica baixo conhecimento **por parte da** população, mesmo após exigência de divulgação em formato visível (art. 13 da resolução nº 4.292/13)

1.2.2. Alto custo de aquisição de clientes favorece incumbentes

Em geral, bancos de menor porte possuem estruturas proporcionalmente mais onerosas em termos de custos operacionais, em razão de baixa escala e custos crescentes, o que impacta diretamente suas margens – mesmo com as regras de proporcionalidade da regulação prudencial do Banco Central¹⁰, que exige uma estrutura mais simplificada quanto menor o porte da instituição financeira.

Alguns indicadores de eficiência podem ser observados na tabela 1.

Tabela 1: Custo administrativo por porte de banco¹¹

	Grandes bancos	Bancos médios		Bancos pequenos
		Atacado	Varejo	
<i>Cost^a / Income^b</i>	40.2%	42.1%	46.6%	57.9%
<i>Cost^a / Balance^c</i>	8.7%	11.0%	15.4%	45.7%

a. *Cost*: Desconsidera despesa de captação e de provisão para crédito de difícil liquidação; b. *Income*: Receitas de intermediação financeira, renda de prestação de serviço, de tarifas bancárias e outras receitas operacionais; c. *Balance*: Considera carteira

O indicador “*Cost / Income*” indica a eficiência da margem, enquanto que o “*Cost / Balance*” indica escala dos custos. Nota-se que ambos aumentam conforme o porte dos bancos diminui, ou seja, quanto menor o banco, menor sua eficiência e escala de custos.

¹⁰ Regulada pela resolução CMN nº 4.553/17

¹¹ Excluídas IFs com Operação de crédito iguais a 0 e Patrimônio Líquido inferior a R\$500k

1.2.3. Consumidor restrito a tomar crédito apenas nos bancos com os quais tem relação e histórico

Conforme mencionado anteriormente, a participação de mercado dos grandes bancos brasileiros tem aumentado, com movimentos de consolidação e ganhos de escala. Além dos fatores já citados que contribuem para isso (por exemplo, margens comprimidas dos bancos menores), ocorre também uma seleção adversa para pequenos e médios bancos, decorrente do fato de grandes bancos serem o *first stop* de clientes em busca de crédito. Assim, as instituições de grande porte têm a oportunidade de selecionar os clientes com melhor saúde financeira para conceder os empréstimos e, assim parte considerável dos clientes que chegam aos bancos pequenos e médios já foram rejeitados pelos grandes.

Adicionalmente, bancos pequenos e médios possuem menor quantidade e abrangência de dados, dada sua base reduzida de clientes. Por esse motivo, a avaliação da qualidade creditícia dos tomadores fica limitada, não conseguindo separar de forma efetiva os “bons dos maus pagadores” e, assim, piorando o desempenho de seus modelos de risco.

Em suma, a combinação de i) seleção adversa e ii) menor acesso à informação do tomador leva **bancos pequenos e médios a terem uma taxa de inadimplência maior em suas carteiras de crédito, quando comparadas aos grandes bancos**. Esta maior inadimplência onera o crédito para bancos pequenos e médios, que acabam por repassar o custo em seus empréstimos.

As cooperativas de crédito demonstram indicadores de carteira similar ao de bancos grandes, com níveis de inadimplência relativamente baixos. Isso é parcialmente explicado pelo melhor conhecimento sobre os clientes a quem emprestam, em razão do relacionamento mais próximo. Apesar de intenso crescimento nos últimos anos, as cooperativas de crédito ainda possuem pequena representatividade no Brasil, com 2,7% da carteira de crédito total.

Em relação às fintechs, há ainda barreiras importantes para seu estímulo e funcionamento, apesar do direcionamento do Banco Central para uma regulação específica e menos onerosa a players digitais – tais como o modelo de atuação empregado (de maneira um tanto quanto provisória) para cumprir a lei vigente, a escala reduzida das empresas, a assimetria de dados a que estão sujeitas e sua baixa capilaridade. A primeira barreira em particular chama a atenção: devido à legislação atual, instituições classificadas como “não-financeiras” não têm permissão para conceder ou transacionar crédito; assim, fintechs se associam a uma instituição financeira “de passagem”, e atuam como correspondentes bancários destas IFs. Apesar de criativa, esta solução aumenta o número de intermediários no processo, gerando ineficiência com os custos da remuneração. A existência de vários contratos de crédito entre os participantes também onera o procedimento do ponto de vista processual e jurídico. Logo, a presença de terceiros reduz as margens de fintechs e, conseqüentemente, aumenta as taxas cobradas dos tomadores.

Finalmente, há que se lembrar que os requerimentos regulatórios no Brasil – embora tenham o legítimo e fundamental objetivo de zelar pela estabilidade do sistema financeiro, impõe custos que necessariamente oneram o tomador final.

2. Principais iniciativas

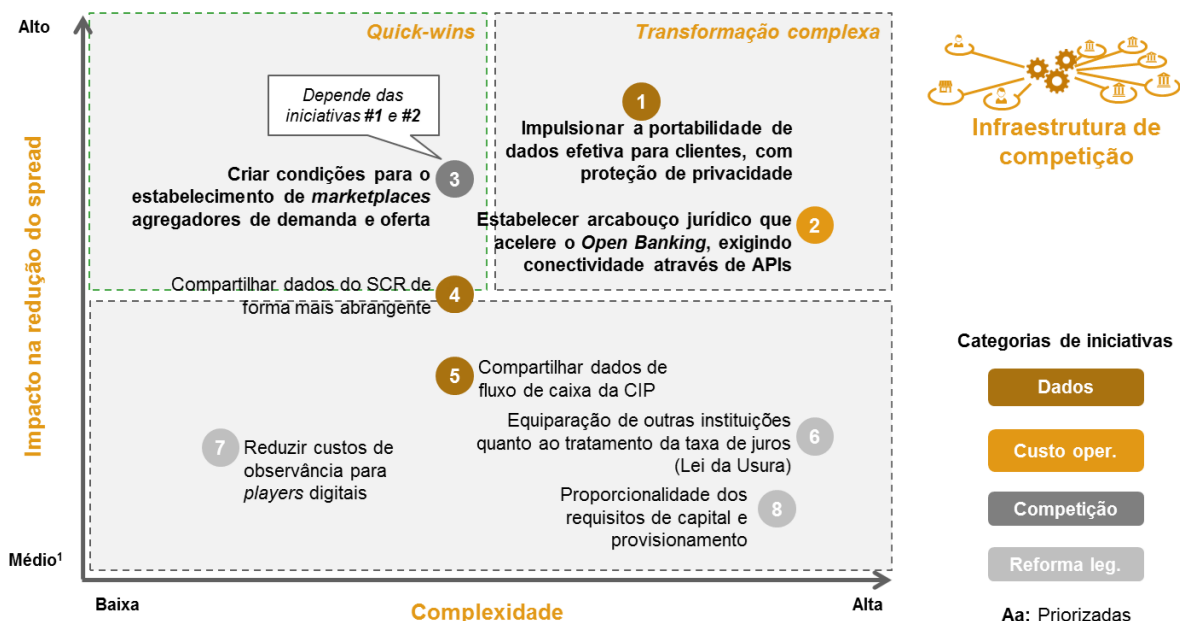
Com base no diagnóstico e em experiências internacionais, propomos iniciativas focadas em fomentar a competição no ambiente de crédito. Cada uma delas tem seu papel para criar condições mais propensas ao desenvolvimento de instituições alternativas de crédito e criar oportunidades de escolha para tomadores. São oito principais iniciativas:

- i. Iniciativas relacionadas ao aumento da oferta de **dados** para potenciais credores
 - 1. Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade de dados
 - 4. Compartilhar dados do SCR de forma mais abrangente
 - 5. Compartilhar dados de fluxo de caixa da CIP¹²
- ii. Iniciativa relacionada à diminuição do **custo operacional** da competição
 - 2. Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs
- iii. Iniciativa de **fomento à competição**
 - 3. Criar condições para o estabelecimento de marketplaces agregadores de demanda e oferta
- iv. Iniciativas relacionadas a reformas legislativas
 - 6. Equiparação de outras instituições quanto ao tratamento da taxa de juros (Lei da Usura)
 - 7. Reduzir custos de observância de *players* digitais
 - 8. Proporcionalidade dos requisitos de capital e provisionamento

As iniciativas foram avaliadas em termos de complexidade de implementação e nível de impacto na redução do *spread*. Com base nesta avaliação, priorizamos as iniciativas (1) Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade de dados, (2) Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs e (3) Criar condições para o estabelecimento de *marketplaces* agregadores de demanda e oferta. O resultado da avaliação pode ser avaliado na figura 2.

¹² Câmara Interbancária de Pagamentos

Figura 2: Matriz de complexidade vs. impacto das iniciativas principais



1. Iniciativas de baixo impacto estimado foram desconsideradas desta análise

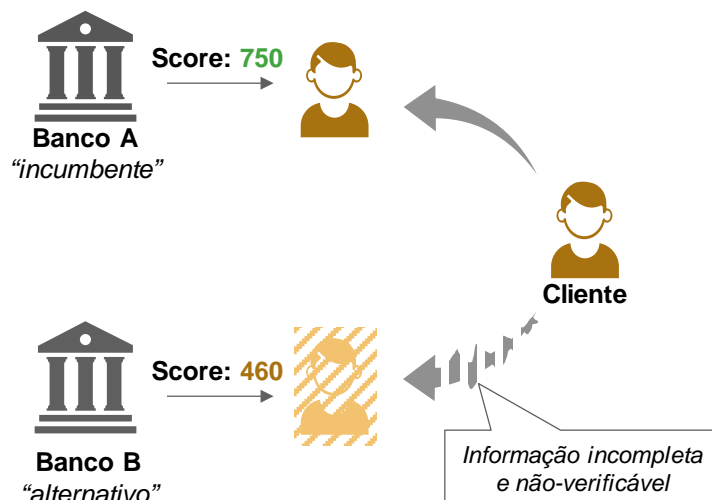
2.1. Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade de dados

2.1.1. Definição da iniciativa

Para que não haja *lock-in* do cliente, é necessário que este tenha amplo poder de escolha quanto a seu provedor de serviços financeiros, podendo selecionar e mudar de provedor de acordo com suas preferências. No crédito, essa seleção apresenta uma dinâmica particular: o provedor também tem que escolher (e precificar) o relacionamento, fazendo-o através de uma estimativa do risco de crédito do cliente. Esta avaliação de risco, realizada a partir dos dados disponíveis sobre o consumidor, torna imprescindível a portabilidade de seus dados, de modo que a permitir uma redução da assimetria de informação para credores alternativos. Uma melhor portabilidade de dados permite acessar o risco de cada cliente para o mercado como um todo, e deixa credores alternativos em condições equânimes às dos incumbentes para oferecer crédito a preços competitivos.

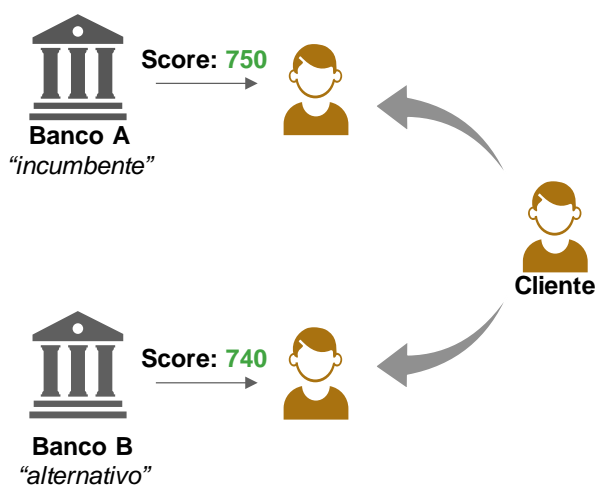
A fim de ilustrar os efeitos da portabilidade de dados, vamos analisar o caso hipotético de um cliente com score de crédito, em seu banco original, de 750. No primeiro cenário não há portabilidade de dados e, portanto, o banco alternativo tem informações incompletas e não-verificáveis. Como resultado, o banco tende a ser conservador em sua análise de risco e acaba avaliando o cliente com um score de crédito mais baixo, de 460 – o que, consequentemente, implica em precificação mais alta (Figura 3).

Figura 3: Incentivos sem portabilidade de dados efetiva



No segundo cenário, há portabilidade efetiva de dados. Com acesso a dados cadastrais e transacionais do cliente, o banco alternativo consegue realizar uma análise de risco de forma mais robusta sobre as condições do cliente e chega a um score de crédito de 740, condizente com acesso maior a informação sobre o cliente (veja figura 4). Consequentemente, o banco alternativo consegue fazer ofertas competitivas.

Figura 4: Incentivos com portabilidade de dados efetiva



A iniciativa de impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes tem, portanto, o potencial de:

- Reduzir assimetria de dados
- Eliminar *lock-up* de dados de clientes
- Reduzir o *switching cost* para consumidores

Exemplos internacionais

Revised Payment Services Directive (PSD2) na Europa e Open API no Reino Unido

Na Europa, a solução para fomentar competição e criar um ambiente mais equânime entre instituições financeiras foi estabelecer legalmente a portabilidade de informações e serviços. Descrevemos aqui alguns dos principais eventos e observações da indústria, que podem ser vistos em detalhe no anexo.

Antes da implementação do primeiro Payment Services Directive (PSD), barreiras técnicas e regulatórias impediam a integração eficiente e confiável do mercado de pagamentos de varejo entre as nações da União Europeia. Algumas das principais determinações do PSD foram:

- Regime de passaporte e novo tipo de pagamentos, para garantir acesso justo aos mercados;
- Regras simplificadas sobre requisitos de informação;
- Direitos e deveres para serviços de pagamento.

Entretanto, alguns problemas permaneceram após sua implementação:

- **Fragmentação do mercado:** barreiras técnicas ao *e-commerce* e falta de padronização, impedindo o desenvolvimento de soluções de pagamento por celular;
- **Competição ineficaz:** barreira informacionais, legais e operacionais a modelos de negócio e melhores preços;
- **Práticas de cobrança diversas:** diferenças entre nações gerando assimetrias entre *players*;
- **Vácuo legal para alguns serviços de pagamento:** por exemplo, serviços de iniciação de pagamento e serviços de informação de conta.

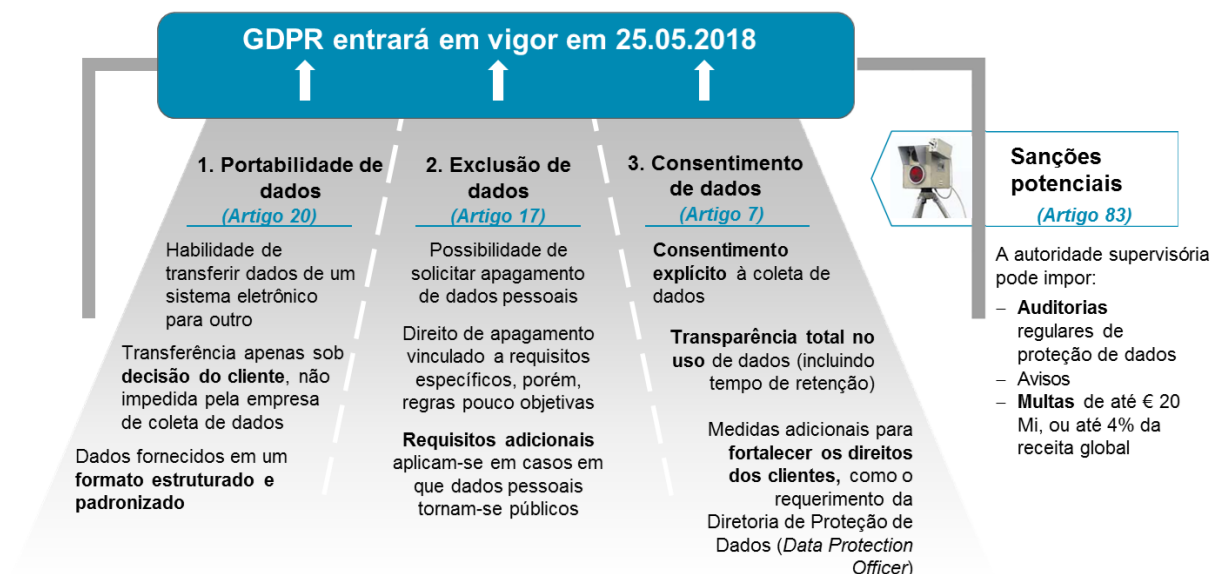
PSD2 aprofunda os esforços do primeiro PSD ao padronizar o mercado, estimular a competição e garantir a segurança do sistema, focando em pontos não cobertos pela regulação anterior, como novas tecnologias e modelos de negócio, com atenção significativa para o comércio eletrônico.

General Data Protection Regulation (GDPR) na Europa

O *General Data Protection Regulation* (GDPR) é uma legislação europeia sobre privacidade de dados, que tem a portabilidade como um dos pilares fundamentais para mudar o paradigma de que o cliente é o dono de seus dados (*"customers in control of their banking data"*):

Figura 5: Principais elementos do GDPR

Três elementos principais do GDPR impõe mudanças estruturais a como as empresas lidam com fluxos de dados



Desenvolvimento da iniciativa

Diversos projetos legislativos relacionados a dados de consumidores estão em tramitação no Congresso – deve-se garantir que inclua em suas redações a portabilidade de dados bancários, mantendo a sua privacidade (vide tabela 6 no Apêndice).

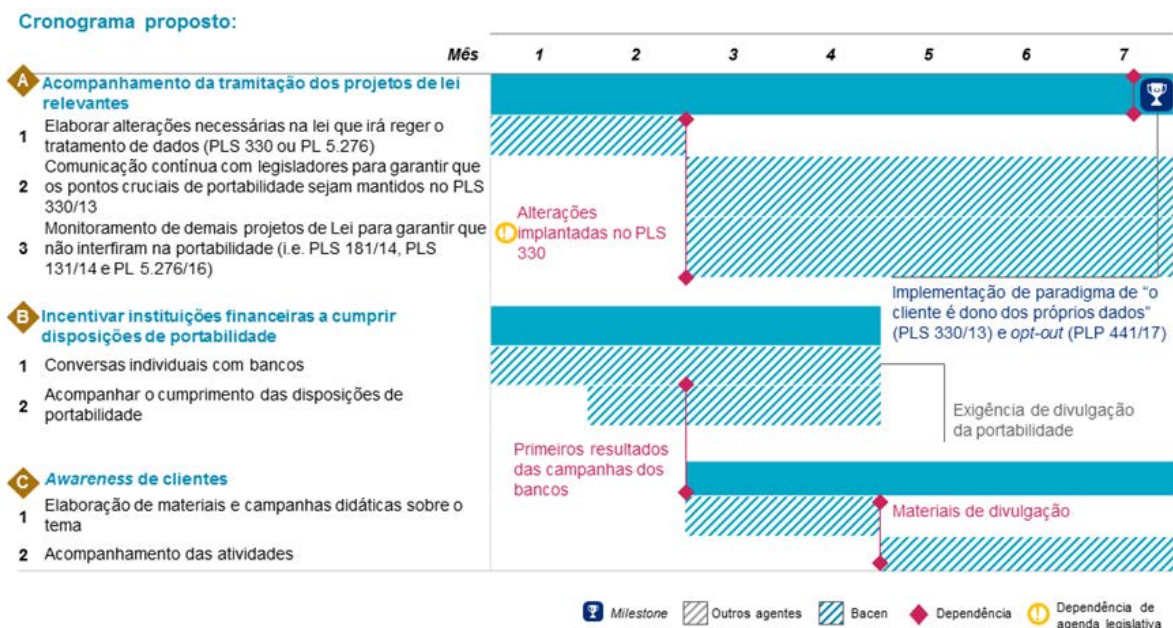
Um dos projetos de lei que tramita no Congresso é o PLS 330/13, em discussão no Senado, que trata sobre proteção, tratamento e uso de dados pessoais. Ele considera o consentimento “livre, expresso, inequívoco e informado” como necessário apenas para o tratamento de dados pessoais sensíveis ou interconexão internacional. Propomos estabelecer que

1. Haja provisão específica para abarcar dados contidos ou oriundos de Instituições Financeiras, deixando clara a escolha do consumidor em disponibilizar seus dados bancários para avaliação de risco de crédito
2. çMediante pedido do usuário, *todo* dado pessoal relevante à sua solicitação seja transferido entre instituições (interconexão), de modo que todo dado relevante seja efetivamente compartilhado.

2.1.2. Plano de implementação

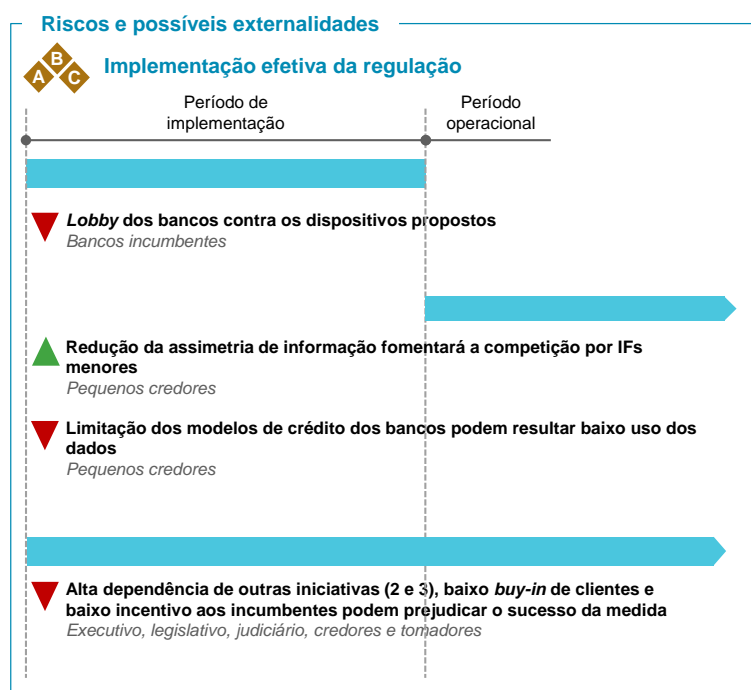
A iniciativa passará pelo desenvolvimento de regulação que trará obrigatoriedade às instituições financeiras para garantir o cumprimento das disposições da portabilidade e o *awareness* de clientes para garantir acesso aos seus dados e os benefícios relacionados. O prazo de implementação desta iniciativa é projetado em sete meses.

Figura 6: Cronograma de implementação da iniciativa de portabilidade de dados



A dependência da agenda legislativa pode comprometer este prazo de sete meses. Para garantir andamento da iniciativa neste caso, sugerimos que a proposta do Banco Central sobre o tema seja definida e encaminhada para consulta pública, colocando o tema em debate o quanto antes e, assim, fazer as alterações legislativas necessárias.

Ao longo das fases de implementação, existem alguns riscos a serem mitigados e possíveis externalidades positivas e negativas. Eles podem ser observados na figura 7.

Figura 7: Riscos e possíveis externalidades¹³ da iniciativa 1

¹³ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas.

Por fim, espera-se que a iniciativa impacte o *spread*, para os credores alternativos, através do componente custo de risco, uma vez que um ambiente mais propício ao compartilhamento de dados reduzirá a assimetria de informação das instituições financeiras, levando a redução das taxas de juros cobradas. Para os credores incumbentes, espera-se redução da componente de resíduo, através de uma maior pressão competitiva dos alternativos.

A efetividade da iniciativa pode ser medida através dos seguintes *KPIs*¹⁴:

- **Utilização da portabilidade:** nº de pedidos de portabilidade e/ou nº de portabilidade realizada;
- **Efetividade da medida:** Percentual de operações originadas em bancos "destinatários de dados".

2.2. Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs

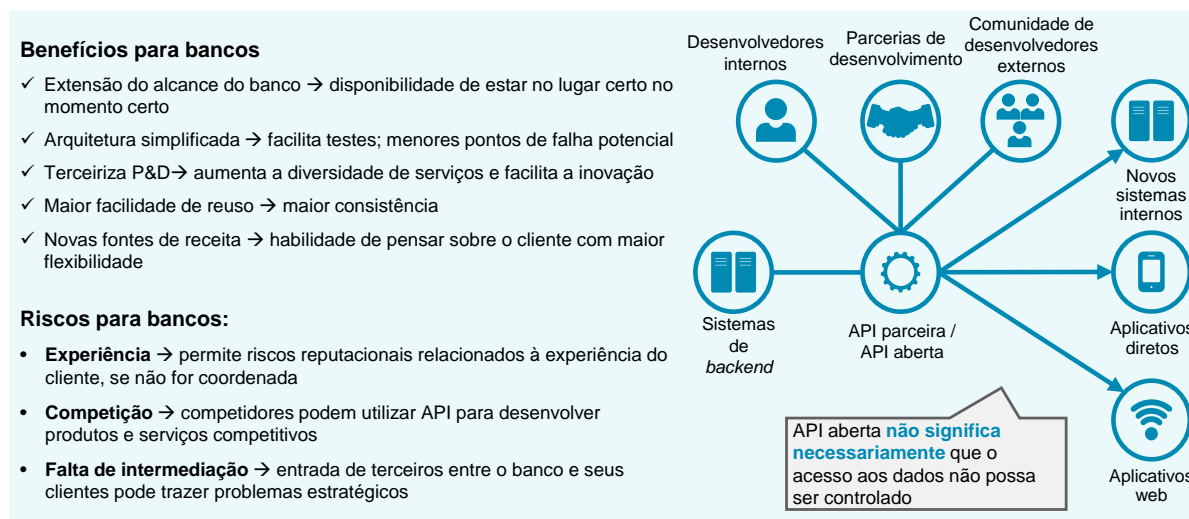
2.2.1. Definição da iniciativa

Enquanto a iniciativa anterior (1) busca colocar o cliente no controle de seus dados bancários, esta iniciativa (2) visa viabilizar a portabilidade de dados ao permitir o rápido compartilhamento de dados entre instituições financeiras. Atualmente em adoção no Continente Europeu, o *Open Banking* através de APIs¹⁵ trará profundos impactos no setor financeiro, pois permitirá a criação de novas funcionalidades e produtos financeiros, trazendo avanços além do crédito, ao mesmo tempo em que ampliará a competitividade no setor.

Uma API é um conjunto de rotinas, protocolos e ferramentas que define a comunicação entre aplicativos, permitindo a troca de dados direta entre eles, podendo ter uso interno, integrado entre companhias ou mesmo aberto para terceiros. Na prática, uma API aberta permite que dados sejam transferidos entre instituições para fins diversos, incluindo crédito, desde que solicitado e autenticado pelo usuário. Benefícios, riscos e o detalhamento do funcionamento de *Open APIs* são descritos na Figura 8.

¹⁴ *Key Indicator Performance*

¹⁵ *Application programming interface*

Figura 8: Detalhamento, benefícios e riscos das Open APIs¹⁶

Exemplo internacional

Revised Payment Service Directive (PSD2) na Europa

Conforme abordamos na seção 2.1.1, o PSD2 é uma extensa regulação europeia relacionada ao mercado financeiro e de pagamentos. A regulação também desenhou um sistema em que TPPs (*third-party providers*) possam acessar contas bancárias em nome de usuários, sendo eles agrupados em duas categorias:

- **AISP (Account Information Service Provider):** TPP acessa múltiplas contas online de um usuário para fornecer visão consolidada (ou não) de suas finanças, viabilizando a portabilidade de dados;
- **PISP (Payment Initiation Service Provider):** TPP que inicia pagamento diretamente da conta do pagador, eliminando a necessidade de outros intermediários.

A integração tecnológica permitirá que TPPs atuem sem necessitar de autorizações dos bancos, dependendo apenas do *input* do usuário.

No Reino Unido, o CMA, órgão responsável pela regulação de mercados e concorrência (*Competition & Markets Authority*), e o Banco Central¹⁷, **foram além da padronização exigida pelo PSD2** e buscaram fomentar ainda mais o mercado de pagamentos, com foco em promover a competição, ao exigir uma operacionalização por meio de *Open APIs*¹⁸. A principal progressão em relação ao PSD2 é determinar o padrão a ser seguido de forma específica:

- **Open Banking Standards:** a conectividade entre terceiros e o **compartilhamento de dados deve ser feito por plataformas abertas (open APIs)**;

¹⁶ Fonte: "Data Sharing and Open data for Banks", 2014, Open Data Institute; programmableweb.com

¹⁷ Bank of England

¹⁸ Application programming interface

- Incentivo à adoção de tecnologias que possam ser utilizadas para competir no oferecimento de novos produtos;
- **Obrigatoriedade de os maiores bancos do Reino Unido adotarem *open APIs*** em prazo determinado e compartilharem informações de modo amplamente acessível;
- **Exigência de que os bancos colem uma série de indicadores e os disponibilizem por meio de APIs** para que intermediários possam utilizá-los para comparações e consultorias.

Desenvolvimento da iniciativa

Com base no PSD2 e nos moldes do modelo empregado no Reino Unido, **sugerimos a aceleração do *Open Banking* com conectividade através de APIs.**









Tabela 2: Descrição da iniciativa

Comparativo	PSD2 (UK)	Proposta
Escopo de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Principalmente dados cadastrais e transacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Dados cadastrais e transacionais • Dados adicionais relevantes para análise de crédito
Entidades envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Prestadores de serviços pagamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil
Entidades que utilizariam o sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições financeiras incumbentes • Players variados, como varejistas e empresas de tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições financeiras incumbentes • Credores não-incumbentes (ex.: fintechs, cooperativas)
Tecnologia de integração	<ul style="list-style-type: none"> • CMA exige integração via <i>open APIs</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • APIs
Mecanismo regulatório	<ul style="list-style-type: none"> • Diretiva do Conselho e Parlamento Europeu <ul style="list-style-type: none"> – Necessidade de ser internalizada pelos países membros 	<ul style="list-style-type: none"> • Após aprovação do PLS 330/13 incluindo adições sugeridas, Resolução CMN

No Brasil, atualmente a comunicação entre as instituições financeiras ocorre via mensageria— método de comunicação que consiste na troca de mensagens padronizadas para solicitação, confirmação, análise e efetivação —, principalmente através da Câmara Interbancária de Pagamentos.

Acreditamos que a adoção do *Open Banking* via APIs, apesar de requerer investimento em um primeiro momento (que alguns players já estão realizando como parte de sua estratégia digital), apresenta diversas vantagens se comparada a mensageria pois, conforme ilustrado na tabela 3, o método traz claras vantagens em termos de flexibilidade, escalabilidade, agilidade e potencial de impacto.

Tabela 3: Comparativo entre mensageria e Open APIs

Dimensões	Mensageria	Open APIs
Esforço de implementação	 <ul style="list-style-type: none"> Baseada numa estrutura já existente, apresenta baixo custo de implementação para os bancos Reduzido <i>time-to-market</i> Alteração de resolução CMN 	 <ul style="list-style-type: none"> Maiores custos de implementação para os bancos, porém não proibitivos Necessidade de arcabouço regulatório
Flexibilidade	 <ul style="list-style-type: none"> Plataforma fechada, utiliza a CIP como centralizadora de informações e comunicação Escopo atual não inclui IFs não-bancárias (financeiras, <i>fintechs</i> ligadas a financeira) Escalabilidade limitada, em razão de padronização já definida 	 <ul style="list-style-type: none"> Permite a inclusão de um amplo espectro de credores e provedores de serviços Plenamente escalável, pois requer nível mais leve de padronização
Agilidade	 <ul style="list-style-type: none"> Comunicação entre IFs ocorre em etapas Sistema 'a la carte' 	 <ul style="list-style-type: none"> Sistema 'self service'
Potencial de Impacto	 <ul style="list-style-type: none"> É uma solução de curto prazo, mas de baixo impacto, pois: <ul style="list-style-type: none"> Mensageria é atualmente limitada as instituições bancárias, tem escalabilidade limitada, reduzindo o potencial de impacto da iniciativa 	 <ul style="list-style-type: none"> Acelera o caminho para um setor financeiro modular através do <i>Open Banking</i> Plataforma escalável: <ul style="list-style-type: none"> Permite a ampla inclusão de credores alternativos, ampliando a competitividade no mercado bancário

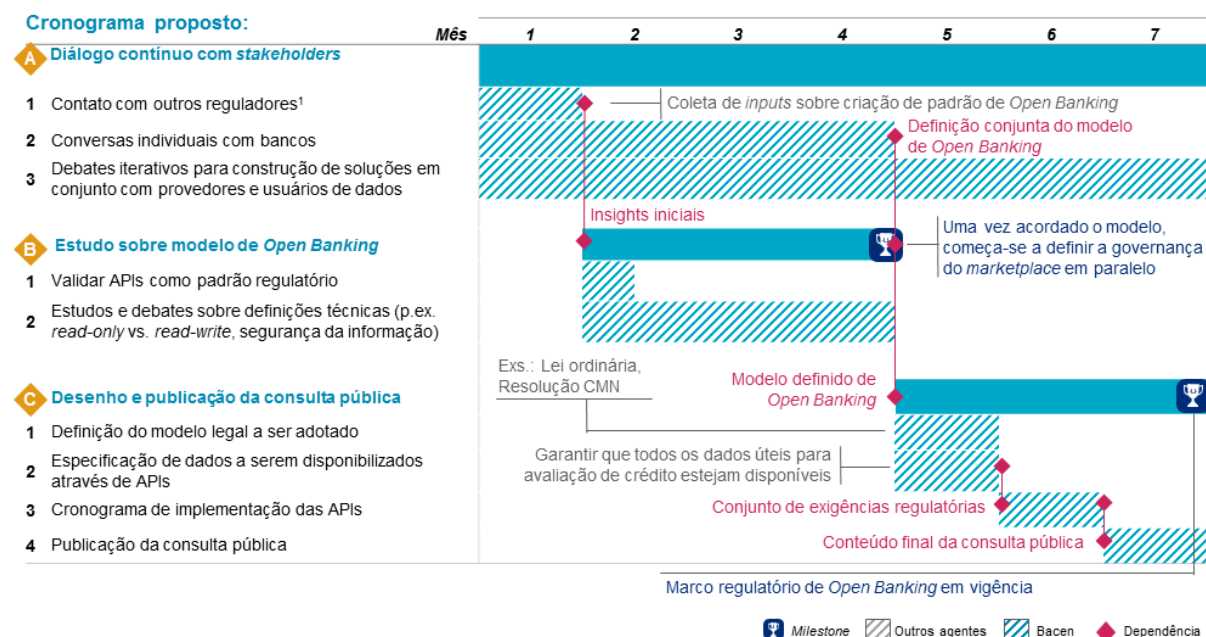
Nessa linha, o estabelecimento de *open APIs* acelerará o desenvolvimento do setor financeiro em direção ao *Open Banking*, trazendo maior eficiência e reduzindo os custos do mercado como um todo.

2.2.2. Plano de implementação

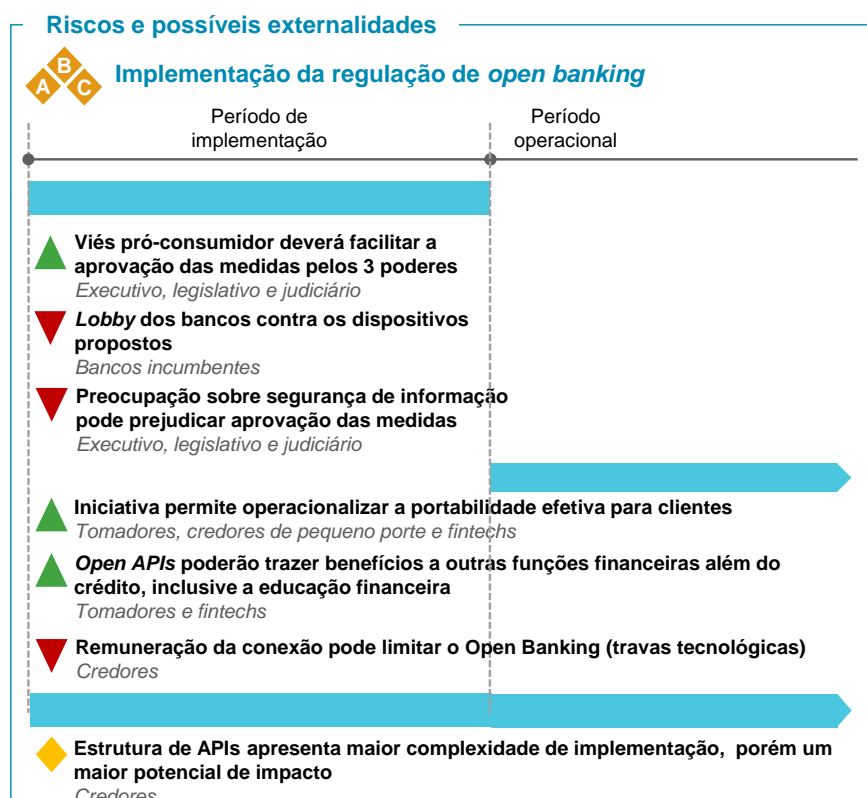
A implementação do modelo padronizado de *Open Banking* será construída em contínua interação com os principais *stakeholders* – outros reguladores internacionais (em especial, o CMA para compartilhamento de experiência) e instituições financeiras brasileiras.

A dependência da agenda legislativa pode comprometer este prazo de sete meses. Para garantir andamento da iniciativa neste caso, sugerimos que a proposta do Banco Central sobre o tema seja definida e encaminhada para consulta pública, colocando o tema em debate o quanto antes e, assim, fazer as alterações legislativas necessárias.

Figura 9: Plano de implementação da iniciativa de Open Banking



Ao longo das fases de implementação, consideramos alguns riscos a serem mitigados e possíveis externalidades positivas e negativas. Eles podem ser observados na **figura 10**.

Figura 10: Riscos e possíveis externalidades¹⁹ da iniciativa 2

¹⁹ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas.

Esperamos que essa iniciativa atue na redução do componente custo administrativo do *spread*, bem como na redução da componente resíduo através de uma maior competição em crédito. Apesar de inicialmente exigir um investimento para implementação do *Open Banking*, no longo prazo, resultará em menores custos ao mercado como um todo. A efetividade da iniciativa pode ser medida através dos seguintes *KPIs*:

- **Utilização do sistema:** Número de instituições financeiras com Open APIs de crédito implementadas.

Devido à complementariedade em relação à iniciativa anterior, esperamos que os *KPIs* enumerados na iniciativa anterior também sejam impactados por esta iniciativa.

2.3. Criar condições para o estabelecimento de *marketplaces* agregadores de demanda e oferta

2.3.1. Definição da iniciativa

As iniciativas (1) e (2), quando somadas, viabilizam a interconexão entre bancos e consumidores, com alto potencial de impacto no crédito. Entretanto, a concretização de seus benefícios depende de estruturas que operacionalizem o acesso ao crédito, não apenas conectando bancos e seus consumidores, mas também disponibilizando ofertas de amplo alcance de modo que seja fácil para um cliente comparar e selecionar seu provedor. Uma possibilidade viável seriam *marketplaces* agregadores de demanda e oferta, que trariam amplos benefícios ao mercado:

- Possibilidade de o cliente ter acesso e contato com credores alternativos;
- Redução do *switching cost*;
- Padronização de ofertas para comparativo de preços e condições;
- Redução do custo de aquisição de clientes.

O funcionamento da plataforma é desenhado na Figura 11.

Figura 11: Diagrama de marketplace agregador de demanda



A existência de um *marketplace* como canal de distribuição neutro de crédito fomentaria a concorrência no mercado: cotações seriam colocadas lado-a-lado, permitindo ao consumidor escolher a que melhor atender sua necessidade. Vale lembrar que, devido à portabilidade efetiva de dados, o crédito seria precificado a partir de um mesmo histórico por todos os credores integrantes do *marketplace*, que fariam a avaliação de risco com seus próprios modelos, mas partindo de uma mesma massa crítica de dados.

Para ser operacionalmente viável, a operação destas plataformas depende tanto de um **protocolo de intermediação de dados** através das *Open APIs*, quanto de **empresa(s) que estruturam e operem o *marketplace***, utilizando tal protocolo.

Exemplo internacional

Factern

No Reino Unido, a Factern²⁰ viabiliza a troca de dados permitidos pelos clientes, licenciando um protocolo de intermediação de dados. Ela fornece um protocolo geral, que informa qual o dado, qual o formato e onde ele está armazenado, realizando também o registro e a transferência (opcional) de dados entre usuários do protocolo. As informações são encriptadas de ponta a ponta, e só podem ser movidas com permissão expressa e ativa do cliente. Seu funcionamento está desenhado na Figura 12:

²⁰ Empresa em que a Oliver Wyman é acionista

Figura 12: Esquemática do funcionamento da FacterN



Um método similar poderia criar condições para a viabilização de *marketplaces* agregadores de demanda e oferta em questão, satisfazendo a necessidade de um protocolo de intermediação com finalidade de crédito.

Desenvolvimento da iniciativa

No papel de regulador, o Banco Central pode ter atuação ativa tanto na criação de um **protocolo** de intermediação de dados quanto na **supervisão dos marketplaces** que os utilizem para garantir a estabilidade e a segurança do sistema (ver tabela 4).

Tabela 4: Papel do Banco Central na criação e supervisão do marketplace

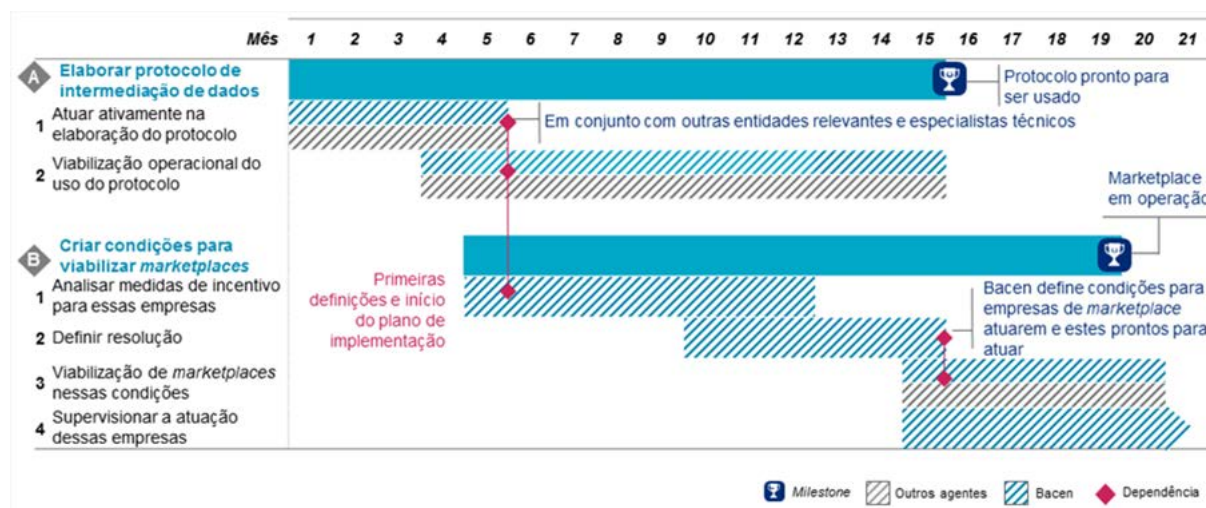
	A Protocolo de intermediação de dados, através das Open APIs	B Empresa(s) que atuem como <i>marketplace</i> utilizando tal protocolo
Requisitos	<ul style="list-style-type: none"> As instituições financeiras e as empresas provedoras de informação devem adaptar a sua arquitetura ao protocolo de troca de dados Exige padronização de comunicação e permite a transmissão de amplo conteúdo de informações 	<ul style="list-style-type: none"> Definir modelo de negócio para atuação Definir nível de qualidade da experiência do consumidor
Papel do BC	<ul style="list-style-type: none"> Atuar ativamente na elaboração do protocolo, em conjunto com outras entidades relevantes e especialistas técnicos Aplicar expertise adquirido através de sistemas desenvolvidos internamente (p.ex. Olinda) 	<ul style="list-style-type: none"> Definir resolução sobre o arquétipo para empresas atuarem como <i>marketplace</i> Analisar medidas de incentivo para atuação dessas empresas Supervisionar a atuação dessas empresas

Adicionalmente a essa participação direta na criação de protocolos e supervisão de marketplaces, é importante notar que o funcionamento da iniciativa depende da concessão eletrônica de crédito. A indústria caminha nessa direção: a legislação está sendo atualizada (PLS 243/14) para prover maior segurança jurídica acerca de contratos firmados em ambiente eletrônico (relações de consumo não presenciais). É preciso garantir que isto avance, de modo que contratos de operações de crédito assinados eletronicamente tenham validade jurídica, o que depende não só da legislação, mas também do uso amplo de soluções de segurança para assinatura eletrônica que assegure a inequívoca identificação dos signatários, como por exemplo, certificação digital.

2.3.2. Plano de implementação

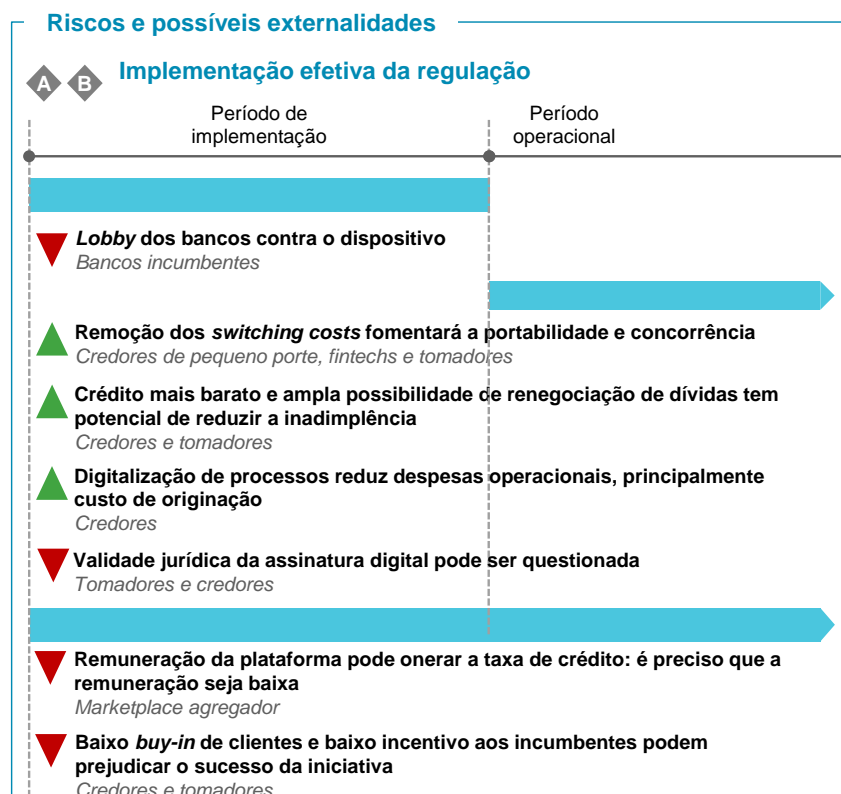
O papel do Banco Central será importante na implementação desta iniciativa, pois será dele pela elaboração do protocolo de intermediação de dados e definirá requisitos para o funcionamento dos *marketplaces*, supervisionando-os. Projetamos o prazo de implementação da iniciativa em 20 meses.

Figura 13: Plano de implementação da iniciativa de marketplaces agregadores de demanda e oferta



Mapeamos também os riscos a serem mitigados e as externalidades positivas e negativas que podem ocorrer durante o período de implementação e após a operacionalização da iniciativa. Os resultados do mapeamento podem ser observados na Figura 14:

Figura 14: Riscos e potenciais externalidades²¹ da iniciativa 3



Esperamos que a iniciativa atue na redução do componente resíduo do *spread*, uma vez que ela pressionará a competição por crédito, acelerando e potencializando os impactos causados pelas iniciativas (1) e (2). As principais métricas de efetividade (*KPIs*) a serem monitoradas após a implementação da iniciativa são:

- **Utilização da portabilidade:** Pedidos de portabilidade realizados pela plataforma e número de operações de crédito contratadas;
- **Efetividade da medida:** Taxa de juros das operações originadas pela plataforma vs. operações comparáveis fora da plataforma.

2.4. Outras iniciativas principais

2.4.1. Compartilhar dados do SCR de forma mais abrangente

Dada limitação de dados disponíveis para uma precificação adequada na concessão de crédito para clientes com histórico inexistente, o compartilhamento mais abrangente de dados do SCR tem grande potencial de ampliar os dados disponíveis sobre potenciais tomadores, permitindo que os credores possam melhorar seu modelo de precificação tornando-o mais sensível ao risco em situações onde anteriormente não era possível.

²¹ Possíveis impactos, dificuldades e consequências esperadas.

Atualmente, apenas “credores convencionais” têm acesso ao sistema de dados do SCR, conforme disposto na Resolução CMN nº 2.724/00, excluindo credores alternativos (por exemplo, fintechs).

Através do edital de consulta pública nº 55, o Banco Central avalia a regulação de credores alternativos, ampliando seu poder de supervisão sobre estas instituições. Sugerimos que, após regulação, **credores alternativos tenham acesso ao SCR com o intuito de permitir um fluxo de informação maior para uma melhor precificação na concessão do crédito**, tanto sobre o cliente quanto do mercado, permitindo a melhora de seus modelos e da qualidade da carteira dessas empresas.

2.4.2. Compartilhar dados de fluxo de caixa da CIP

A CIP, Câmara Interbancária de Pagamentos, atua como intermediária entre os credores brasileiros liquidando todas as operações interbancárias referentes a uma grande variedade de produtos financeiros, conforme detalhado na Figura 15. Consequentemente, ela centraliza um volume considerável de informações referentes a transações realizadas por um amplo espectro de clientes (pessoa física e pessoa jurídica).

Figura 15: Lista de produtos processados pela CIP

TED
DOC
Cartões de Débito e Crédito
Informações de cheques
Boletos de Pagamentos
DDA - Boleto Eletrônico
Contratos de Cessão de Crédito
Transporte de Dados
Portabilidade
... E outros

Grande fluxo de informações permite estimar fluxo de caixa das PMEs

Logo, o compartilhamento de dados da CIP permitirá que instituições financeiras tenham acesso ao fluxo de caixa estimado de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) através de dados transacionais, com alto potencial de aperfeiçoamento da precificação do crédito, possibilitando assim o *risk-based pricing* para clientes atualmente sem histórico, notavelmente PMEs. Os dados da CIP poderiam ser disponibilizados de duas maneiras:

5: Meios de compartilhamento de dados da CIP

Inclusão no escopo de dados do Cadastro Positivo	Compartilhamento de dados para as IFs
<ul style="list-style-type: none"> • Como a CIP é uma infraestrutura de mercado financeiro, ela é regulada pelo Bacen • Sendo regulada pelo Bacen, a CIP poderia divulgar seus dados no Cadastro Positivo 	<ul style="list-style-type: none"> • A lei de sigilo aplica-se também a entidade de liquidação e compensação • Ela prevê que instituições sob efeito da lei possam compartilhar dados entre si sem ferir o sigilo bancário • A CIP poderia, então, disponibilizar dados transacionais para as IFs

Sugerimos, então, que o **Banco Central crie mecanismos para incentivar ou mesmo tornar obrigatório o compartilhamento de dados da CIP**. Em ambos os casos, a ampla aderência da iniciativa depende da alteração da política de “*Opt in*” para “*Opt out*”.

2.4.3. Equiparação de outras instituições quanto ao tratamento da taxa de juros (Lei da Usura)

A Lei da Usura consiste em um limite máximo das taxas de juros, com o intuito de coibir a cobrança de juros abusivos. No Brasil, o limite é definido como o dobro da taxa base de juros. No entanto, ela não se aplica a instituições supervisionadas pelo Banco Central.

Atualmente, 61 países possuem restrição de taxa de juros²². Alguns exemplos são:

- A Lei da Usura belga prevê atualização semestral da máxima taxa de juros passível de ser cobrada de acordo com volume, prazo e tipo do crédito;
- O Banco central português regula a taxa cobrada no crédito a consumidores, considerando a média observada no quadrimestre anterior entre as instituições de crédito;

Segundo estudo do Banco Mundial, a limitação da taxa efetiva de juros deve ser diferenciada por produto e tipo de credor.

A Lei da Usura, criada para proteger o consumidor, gera indiretamente algumas distorções, quando instituições com operações com características de crédito, mas não supervisionadas pelo Banco Central, possuem tratamento diferente, por exemplo:

- Fintechs de crédito precisam estar conectadas a uma instituição financeira para viabilizar seus empréstimos (correspondente bancário);
- Instituições de pagamento, que realizam adiantamento de recebíveis, recorrem a securitização via fundo de investimento de direitos creditórios.

Desta forma, sugerimos equiparação de todas as instituições quanto ao tratamento da taxa de juros.

²² *Interest Rate Caps around the World, World Bank Report*

2.4.4. Reduzir custos para *players* digitais

Como forma de fomentar o desenvolvimento de *players* digitais, notavelmente fintechs, alguns reguladores ao redor do mundo reduziram os custos de observância deste tipo de empresa.

Exemplos internacionais

Reino Unido

- Incentivo ao desenvolvimento de fintechs por meio de *sandbox* regulatório, permitindo que fintechs testem seus produtos e serviços de forma simples e não burocrática;
- Empréstimos diretos a empresas que concedem crédito P2P²³;
- Isenção fiscal para indivíduos que investem no mercado de crédito P2P.

Israel

O governo israelense emprega uma série de iniciativas para manter o país como um ecossistema empreendedor, que incluem laboratórios de inovação e aporte de capital em empresas selecionadas.

A promoção de *players* digitais tem potencial de reduzir o *spread* bancário devido ao aumento da concorrência proporcionada por estes credores. Sugerimos que o Banco Central tome medidas neste sentido, buscando parcerias com outras entidades governamentais, como a Receita Federal e BNDES.

2.4.5. Proporcionalidade dos requisitos de capital e provisionamento

Benchmarks internacionais indicam que, para um mesmo nível de inadimplência, o Brasil possui alto índice de provisionamento, ficando em 43º colocado no *ranking* de maior provisionamento em função de empréstimos inadimplentes²⁴ entre 131 países.

Apesar de trazer maior segurança ao sistema financeiro, requisitos de capital e de provisionamento são barreiras que oneram o crédito concedido pelos credores devido às restrições dispostas ao capital de reserva ou provisionado. É preciso, então, buscar **medidas que mantenham o provisionamento de crédito e o requerimento de capital de acordo com o risco tomado, mas que não onerem excessivamente as operações de crédito**, considerando especificidades de cada tipo de operação de crédito.

Neste sentido, o Banco Central tem se movimentado para atualizar a resolução nº 2.682/99 sobre provisionamento das operações de crédito, divulgando edital de consulta pública nº 60/18 sobre critérios contábeis para constituição de provisão, que tem o objetivo de promover a convergência às melhores práticas internacionais (IFRS9).

²³ Peer-to-Peer

²⁴ SNL data

3. Conclusão

O crédito tem um papel muito relevante para o desenvolvimento e bem-estar de um país. No Brasil, o mercado é altamente concentrado, de maneira que os cinco grandes bancos representam quase 70% de crédito originado no país e se apoiam em importantes vantagens competitivas, como suas extensas bases de clientes e baixa competitividade de outros players que enfrentam custos operacionais relativamente altos.

Analisando as evidências de mercado, concluímos que faltam medidas efetivas e eficazes de compartilhamento de dados e de portabilidade do crédito e que o alto custo de aquisição de clientes acaba por favorecer grandes bancos (incumbentes). Em adição, os consumidores brasileiros estão restritos a tomar crédito majoritariamente nos bancos com os quais tem relação e histórico, devido aos altos *switching costs* e ao pequeno incentivo por parte dos bancos em oferecer ou buscar a portabilidade de crédito – um instrumento com alto potencial de redução do spread.

Partindo deste diagnóstico, priorizamos três iniciativas, que devem ser implementadas em conjunto: (1) Impulsionar a portabilidade de dados efetiva para clientes, com proteção à privacidade de dados, (2) Estabelecer arcabouço jurídico que acelere o *Open Banking*, exigindo conectividade através de APIs e (3) Criar condições para o estabelecimento de *marketplaces* agregadores de demanda e oferta. Combinadas, estas iniciativas tornarão o mercado de crédito um ambiente promissor à competição, o que levará à redução do preço do crédito.

Em outros relatórios desta série, sugerimos a ampliação da disponibilidade de dados para redução da assimetria de informação, a melhoria do ambiente de cobrança, o aperfeiçoamento do universo de garantias e mudanças estruturais para endereçar atuais distorções do mercado. Essas iniciativas ganham força adicional com a criação desta infraestrutura de competição, que exercerá pressão para redução de taxas de juros.

Logo, acreditamos que a implementação destas iniciativas é de suma importância não apenas para o ambiente de crédito brasileiro, mas também para o amplo espectro de serviços financeiros e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país como um todo.

Apêndice A.

A.1. Gráficos gerais

Gráfico 4: Mercado de crédito em relação ao PIB – Séries temporais, Banco Central do Brasil

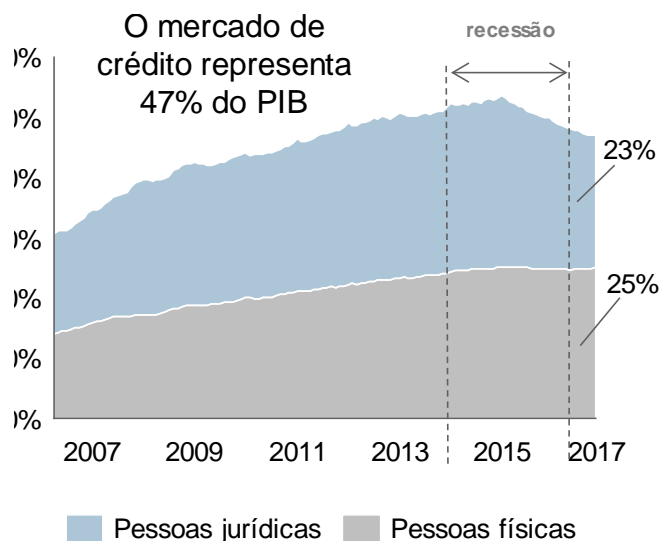


Tabela 6: Projetos de lei em discussão no Congresso

Projetos de lei em andamento e principais pontos	Alterações propostas
<p>PLS 330/13 (‘GDPR’ brasileira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais • Estabelece garantias à proteção de dados, abordando de forma detalhada cada aspecto do tratamento de dados pessoais • Estipula apenas a ciência prévia do titular das informações, quando se tratar de dados para os quais o consentimento expresso é inexigível • Considera o consentimento “livre, expresso, inequívoco e informado” como necessário apenas para o tratamento de dados pessoais sensíveis ou interconexão internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer que, mediante solicitação do usuário, <i>todo</i> dado pessoal relevante a sua solicitação seja transferido entre instituições (interconexão) • Visa garantir que todo dado relevante seja de fato compartilhado

PL 5.276/16	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais • Projeto que aborda o consentimento para tratamento de dados pessoais, a transferência internacional de dados e um órgão competente para lidar com o tema • Exige consentimento, para uso e transferência dos dados, estando em conflito com a lei do Sigilo Bancário (Lei complementar 105/01), pois não possibilita <i>opt out</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer que, mediante solicitação do usuário, <i>todo</i> dado pessoal relevante a sua solicitação seja transferido entre instituições (interconexão) • Alterar artigo 7º da lei para permitir inclusão <i>opt out</i> de dados bancários com finalidade de crédito, conforme regido pela lei do Sigilo Bancário (PLP 441/17 está em discussão na Câmara)
PLS 181/14	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais, mas não os define de maneira clara • Considera necessário o consentimento expresso sobre coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá sempre ocorrer de forma destacada; 	<ul style="list-style-type: none"> • O PLS 181/14 é conflitante com o PLS 330/13 e com a iniciativa de impulsionar a portabilidade
PLS 131/14	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o fornecimento de dados de comunicação de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem alteração. O PLS 131/14 é muito específico e não interfere com as iniciativas

Qualificações, premissas e condições restritivas

Este relatório é de uso exclusivo dos clientes da Oliver Wyman aqui identificados. Este relatório não é destinado à divulgação pública ou publicação, nem deverá ser reproduzido, citado ou distribuído para qualquer finalidade, sem a prévia e expressa autorização da Oliver Wyman. Não há terceiros beneficiários deste relatório, e Oliver Wyman não se responsabiliza perante quaisquer terceiros.

As informações fornecidas por terceiros, sobre as quais o inteiro teor deste relatório ou parte dele estão baseados, são consideradas confiáveis, porém não foram verificadas de forma independente, salvo indicação expressa em contrário. Informações públicas e dados da indústria e estatísticos são de fontes que julgamos serem idôneas, no entanto, não prestamos qualquer declaração quanto à exatidão ou completude dessas informações. Os resultados contidos neste relatório podem conter previsões baseadas em dados atuais e tendências históricas. Todas essas previsões estão sujeitas a riscos e incertezas inerentes. Oliver Wyman não se responsabiliza pelos resultados efetivos ou eventos futuros.

As opiniões contidas neste relatório são válidas apenas para os fins aqui indicados e na data deste relatório. Nenhuma obrigação é assumida no sentido de revisar este relatório a fim de refletir as mudanças, eventos ou condições que vierem a ocorrer após a presente data.

Todas as decisões relacionadas com a implementação ou utilização dos pareceres ou recomendações contidas neste relatório são de responsabilidade exclusiva do cliente. Este relatório não representa consultoria de investimento nem contém parecer sobre o equilíbrio de qualquer transação com relação a quaisquer e todas as partes.

